

CULTURA E POLÍTICA¹

Pierre Bourdieu

Gostaria muito de escapar do ritual da conferência e considero o que vou dizer como uma espécie de oferta, esperando que em função dessa minha oferta, seja definida uma demanda e possamos fazer algum, negócio.

Uma das dificuldades da comunicação entre o sociólogo e seus leitores deve-se ao fato de que estes últimos são colocados na presença de um produto que, com bastante frequência, mal sabem como foi produzido. Ora, o conhecimento das condições da produção do produto faz parte rigorosamente das condições de uma comunicação racional, do resultado da ciência social. Os leitores encontram um produto acabado, que lhes é dado numa ordem que não foi a da descoberta (naquilo em que ela tende a se aproximar de uma ordem dedutiva, o que freqüentemente faz com que o sociólogo fique sob a suspeita de ter armado suas teorias para em seguida encontrar algumas validações empíricas para ilustrá-las). O produto acabado, a opus operatum, esconde o modus operandi. O que circula entre a ciência e os não-especialistas, ou mesmo entre uma ciência e os especialistas das outras ciências (penso por exemplo na lingüística, no momento em que ela dominava as ciências sociais), o que os grandes órgãos de celebração veiculam, são no máximo os resultados, jamais as operações. Jamais se entra na cozinha da ciência. Evidentemente não posso apresentar aqui o filme real da pesquisa que me levou ao que vou lhes contar. Tentarei apresentar-lhes um filme com a velocidade acelerada e um pouco cortado, mas com a intenção de dar uma idéia da maneira como o sociólogo trabalha.

Após Maio de 68, com a intenção de estudar os conflitos que têm como lugar e como objeto o sistema de ensino, comecei a analisar todas as pesquisas feitas pelos institutos de pesquisa de opinião a respeito do sistema de ensino e, ao mesmo tempo, também os resultados de uma pesquisa sobre as transformações desejadas no sistema escolar, feita através da imprensa. A informação mais interessante fornecida por esta pesquisa era a estrutura da população dos inquiridos, distribuída

¹ Comunicação feita na Universidade de Grenoble, em 29 de abril de 1980.

segundo a classe social, nível de instrução, sexo, idade, etc. Por exemplo, a probabilidade que as diferentes classes tinham de, responder a esta pesquisa correspondia estreitamente à sua chance de ter acesso ao ensino superior. A resposta a este questionário foi pensada na lógica da petição, e assim a amostra espontânea dos inquiridos não era outra coisa senão um grupo de pressão composto por pessoas que se sentiam legitimadas a responder porque eram os que tinham direito ao sistema escolar. Esta população, que não era representativa no sentido estatístico do termo, era muito representativa do grupo de pressão que de facto iria orientar o desenvolvimento ulterior do sistema escolar. Assim, deixando de lado as informações que a pesquisa trazia sobre o sistema escolar, sobre as relações de força entre os grupos que pretendiam transformá-lo, etc., era possível se ater às características distintivas dos inquiridos que, devido ao fato de terem decidido responder em função de sua relação particular com o objeto da interrogação, diziam antes de mais nada: estou interessado no sistema escolar e sou interessante para o sistema escolar, eles devem me ouvir.

Nesta lógica, fui levado a considerar sob uma outra ótica as não-respostas, que são para as pesquisas feitas através de sondagem de opinião um pouco como aquilo que as abstenções são para as consultas eleitorais, um fenómeno aparentemente tão normal que não se interroga sobre o seu significado. O fenómeno da abstenção é uma destas coisas que todo mundo conhece, da qual todo inundo fala e a respeito da qual os politicólogos, adotando um ponto de vista puramente normativo, deploram ritualmente como um obstáculo ao bom funcionamento da democracia, sem levá-lo verdadeiramente a sério. Ora, se temos em mente o que ensina a análise da estrutura (segundo diferentes variáveis) de uma amostra espontânea, vemos imediatamente que no caso de uma amostra representativa as não-respostas (que, para algumas perguntas, atingem às vezes taxas superiores às respostas, o que coloca em questão a representatividade destas) trazem uma informação muito importante que desaparece com o simples fato de se recalcularem as percentagens excluindo as não-respostas.

Todo grupo é colocado diante de um problema se caracteriza pela probabilidade de ter uma opinião e, tendo uma opinião, uma probabilidade condicional, isto é, de segunda ordem e, conseqüentemente, completamente em segundo lugar, secundariamente, de ter uma opinião positiva ou negativa. Tendo em mente o que era revelado pela análise da amostra espontânea dos inquiridos na

pesquisa sobre o sistema escolar; podia-se ver, na probabilidade de responder característica de um grupo ou de uma categoria (por exemplo, os homens em relação às mulheres, os citadinos em relação aos provincianos), uma medida de seu "sentimento" de estar tanto autorizado quanto apto a responder, de ser um inquirido legítimo, de ter algo a dizer sobre o caso. O mecanismo segundo o qual a opinião se expressa, a começar pelo voto, é um mecanismo censitário oculto.

Mas primeiro seria preciso se perguntar sobre os fatores que determinam às pessoas interrogadas responder ou "se abster" (mais do que a escolher entre uma resposta e outra). As variações constatadas na taxas de não-respostas podiam dever-se a duas coisas: às propriedades dos inquiridos ou às propriedades da pergunta. Levar a sério as não-respostas, as abstenções, os silêncios, numa constatação que é de fato uma construção do objeto, é perceber imediatamente que a informação mais importante fornecida por uma pesquisa de opinião a respeito de um grupo, não é a taxa de sim ou de não, a taxa de a favor ou contra, mas a taxa de não-respostas, isto é, a probabilidade, para este grupo, de ter uma opinião. No caso das pesquisas de opinião (que obedecem a uma lógica inteiramente parecida com a do voto), dispõe-se das informações necessárias para analisar os fatores que determinam esta probabilidade, sob a forma das taxas de não-respostas segundo diferentes variáveis, sexo, nível de instrução, profissão, problema colocado. Observa-se assim que as mulheres se abstêm mais freqüentemente do que os homens e que a distância entre os homens e as mulheres é tanto maior quanto, para resumir, as perguntas são mais políticas no sentido comum do termo, isto é, quando elas exigem o recurso a uma cultura específica, como a história do campo político (como, por exemplo, o conhecimento dos nomes dos políticos do passado ou do presente) ou a problemática própria dos profissionais (como por exemplo, os problemas constitucionais ou os problemas de política estrangeira) e o caso limite onde a taxa de não-respostas é enorme, é o seguinte: "você acha que há uma relação entre o conflito do Vietnam e o conflito de Israel?". Do lado oposto, tem-se os problemas da moral (como: deve-se dar a pílula às meninas menores de dezoito anos?, etc.) onde as distâncias entre homens e mulheres desaparecem. A segunda variação muito significativa é que as taxas de não-respostas também estão bastante correlacionadas com o nível de instrução: todas as outras variáveis sendo iguais, quanto mais se sobe na hierarquia social, mais a taxa de não-respostas diminui. Terceira correlação, mas que é parcialmente redundante com a anterior: as taxas de

não-respostas estão bastante correlacionadas com a oposição Paris-província. Em suma, no geral as taxas de não-respostas variam em razão direta à posição nas diferentes hierarquias.

Isto parece querer dizer que as pessoas têm uma probabilidade de se abster maior quando a questão é mais política e elas são menos competentes politicamente. Mas isto é uma simples tautologia. Na realidade, é preciso se perguntar o que é ser competente. Por que as mulheres são menos competentes tecnicamente do que os homens? A sociologia espontânea dará imediatamente vinte explicações: elas têm menos tempo, fazem o trabalho doméstico, interessam-se menos por isto. Mas por que elas se interessam menos? Porque têm menos competência, e aqui a palavra é tomada não no sentido técnico, mas no sentido jurídico do termo, da mesma forma como quando se refere a um tribunal. Ter competência é ter o direito e o dever de se ocupar de qualquer coisa. Ou seja, a verdadeira lei que se oculta sob estas correlações aparentemente anódinas, é que a competência política, técnica, e todas as outras competências, são competências sociais. Isto não significa que a competência técnica não exista, mas sim que a propensão para adquirir aquilo que se chama de competência técnica é muito maior quando se é mais competente socialmente, isto é, quando se é mais reconhecido socialmente como digno de, e portanto, como tendo que, adquirir esta competência.

Este círculo, que mais uma vez parece uma pura tautologia, é a forma por excelência da ação propriamente social que consiste em produzir diferenças onde não havia diferenças. A magia social pode transformar as pessoas pelo fato de lhes dizer que elas são diferentes; é isto que os concursos fazem (o 300º ainda é alguma coisa, o 301º não é mais nada); colocando de outra maneira, o mundo social constitui as diferenças pelo fato de designá-las. (A religião que, segundo Durkheim, se define pela instauração de uma fronteira entre o sagrado e o profano, é apenas um caso particular entre todos os atos de instituição de fronteiras através dos quais, se estabelecem diferenças de natureza entre realidades que "na realidade" são separadas por diferenças infinitesimais, às vezes inapreensíveis). Os homens são mais competentes tecnicamente porque a política é de sua competência. A diferença entre os homens e as mulheres, que aceitamos como óbvia porque é reencontrada em todas as práticas, se funda num "golpe de força" social, numa designação de competência. A divisão do trabalho entre os sexos dá ao homem a política, assim como lhe dá o lado de fora, a praça pública, o trabalho

assalariado fora de casa etc., enquanto dedica à mulher o interior, o trabalho obscuro, invisível, e também a psicologia, o sentimento, a leitura de romances, etc. De fato, as coisas não são assim tão simples e a diferença entre os sexos varia segundo a classe e a fração de classe, as propriedades imputadas a cada sexo sendo especificadas em cada caso. Desta forma, por exemplo, quando no espaço social em duas (de fato, em três): dimensões que construí em *La Distinction*, se vai de baixo para cima e para a esquerda, na direção das frações da classe dominante mais ricas em capital cultural e mais pobres em capital econômico, isto é, os intelectuais, a diferença entre os sexos tende a desaparecer: por exemplo, entre os professores, a leitura do *Le Monde* é quase tão freqüente entre as mulheres quanto entre os homens. Ao contrário, quando se sobe mais em direção à direita do espaço, em direção à burguesia tradicional, a diferença também diminui, mas de maneira bem menos marcante. E tudo tende a confirmar que as mulheres situadas no pólo intelectual, a quem a competência política é socialmente reconhecida, possuem, em matéria de política, disposições e competências que diferem infinitamente menos da competência dos homens correspondentes, do que as mulheres de outras frações de classe ou de outras classes.

Assim, pode-se admitir que os que são tecnicamente competentes são os socialmente designados como competentes e que basta designar alguém como competente para lhe impor uma propensão a adquirir a competência técnica que fundamenta sua competência social. Esta hipótese também é válida para explicar os efeitos do capital escolar. Aqui, tenho que me desviar um pouco. Observa-se em todas as pesquisas uma correlação muito forte entre o capital escolar medido pelos títulos escolares e competências em domínios que o sistema escolar absolutamente não ensina, ou que apenas aparenta ensinar, como a música, a história da arte, etc. Não se pode recorrer à explicação direta pela inculcação. De fato, entre os efeitos mais escondidos, mais secretos do sistema escolar, há aquele que chamo de efeito de designação estatutária, o efeito de "*Noblesse Oblige*" onde o sistema escolar atua sem cessar através do efeito de alocação (o fato de colocar alguém numa classe nobre,² a segunda C atualmente, obriga-o a ser nobre, estar à altura da classe que lhe é atribuída). E os títulos escolares, claro que principalmente os mais prestigiosos, agem segundo a mesma lógica: eles designam seus titulares a

² No científico, existem vários programas possíveis, sendo que C (onde o programa das ciências como matemática, física, é importante) é considerado: mais nobre do que A (mais concentrado nos estudos literários).

classes que lhes obrigam, a ter "classe". O fato de ser designado como escolarmente competente, portanto socialmente competente, "implica" por exemplo na leitura do *Le Monde*, na freqüência aos museus, na compra de um aparelho de som e, evidentemente, o que nos interessa aqui, na aquisição de uma competência política. Trata-se de um outro efeito desta espécie de poder mágico de distinguir as pessoas no fato de dizer com autoridade que elas são diferentes, distintas; ou melhor, pela própria lógica de instituições como a instituição nobiliária ou a escolar, que constituem as pessoas como diferentes e produzem nelas diferenças permanentes, ou exteriores e separáveis da pessoa, como os galões, ou inscritas na, própria pessoa, como uma certa maneira de falar, uma pronúncia ou aquilo que se chama de distinção. Em suma, onde se poderia ingenuamente dizer que as pessoas conhecem mais a política, são mais competentes em política, na medida em que são mais instruídas, deve-se dizer, segundo minha visão, que aqueles que são socialmente designados como competentes, como tendo o direito-dever da política, têm maiores chances de se tornarem aquilo que são, de se tornarem aquilo que dizem que eles são, isto é, competentes em política.

Um mecanismo como este que acabo de descrever faz com que um certo número de pessoas se elimine do jogo político (como se elimina do sistema escolar, dizendo que não lhes interessa); e que aqueles que se eliminam espontaneamente sejam mais ou menos os que os dominantes eliminariam se tivessem o poder de fazê-lo. (Sabemos que os regimes censitários do passado eliminavam juridicamente as pessoas que não tinham vez nas coisas, pois não tinham títulos de propriedade, títulos escolares ou títulos de nobreza). Mas o sistema censitário que conhecemos é dissimulado, o que faz uma diferença enorme. Estas pessoas que se eliminam o fazem em grande parte porque não se reconhecem com competência para fazer política. A representação social da competência que lhes é socialmente designada (em particular pelo sistema escolar que se tornou um dos principais agentes para designação de competências) torna-se uma disposição inconsciente, um gosto. Aqueles que se eliminam colaboram de alguma maneira para sua própria eliminação, tacitamente reconhecida como legítima por aquelas que dela são vítimas.

Assim, a probabilidade de responder a uma pergunta objetivamente política (e muito desigualmente percebida como tal segundo as próprias variáveis que determinam as chances de responder) é ligada a um conjunto de variáveis muito parecido ao que determina o acesso à cultura. Colocando de outra maneira, as

chances de produzir uma opinião política são distribuídas mais ou menos como as chances de se ir ao museu. Mas vimos que os fatores de diferenciação das chances de responder a qualquer pergunta que se faça têm um papel muito maior quando estas perguntas são formuladas numa linguagem mais política, isto é, para me fazer compreender melhor, numa linguagem mais "politicóloga". Dito de outra maneira, a distância entre os homens e as mulheres e principalmente entre os mais instruídos e os menos instruídos é particularmente grande quando se lida com questões do estilo *Sciences Po* ou ENA (do tipo: você acha que a ajuda aos países em vias de desenvolvimento deve crescer junto com o PNB?).

O que isto quer dizer? Para produzir uma resposta à pergunta "os amigos de meus amigos são meus amigos?", eu posso, como nota Pierre Greco, ou pensar em meus amigos concretos (os fulanos são verdadeiramente amigos dos cicranos ou não?) ou recorrer ao raciocínio lógico, o que vocês poderiam fazer muito facilmente. (É a maneira, de responder como o sistema escolar pede: responde-se sem pensar em grande coisa). Vê-se que estas duas maneiras de responder são solidárias a duas relações diferentes com a linguagem, com as palavras, com o mundo, com os outros. As perguntas "propriamente políticas" são perguntas que devem ser respondidas segundo o modo do cálculo lógico. São perguntas que exigem a postura "pura", a que é exigida pelo sistema escolar, a que é exigida pela utilização escolar da linguagem. Platão diz em algum lugar: "Opinar é falar". Na definição da opinião há todo um implícito que esquecemos porque somos produtos de um sistema onde deve-se falar (freqüentemente por falar, às vezes para não dizer nada) se se quer sobreviver. A opinião, tal como eu implicitamente a defini até agora, é uma opinião verbalizada-verbalizável, produzida em resposta a uma questão explicitamente verbalizada, de tal maneira que a resposta supõe uma relação neutralizada-neutralizante com a linguagem. Para responder a uma pergunta de ciência política do estilo que evoquei ainda há pouco (há uma relação entre a guerra de Israel, etc.), é preciso ter uma postura análoga à que exige, por exemplo, a dissertação, uma disposição que também está pressuposta numa quantidade enorme de condutas, como o fato de olhar um quadro interessando-se pela forma, pela composição, ao invés de considerar apenas a coisa representada. O que significa que diante da opinião definida como palavra, supondo esta relação neutralizante-neutralizada em relação ao objeto, pode haver desigualdades do mesmo tipo que as que existem diante da obra de arte, sem que no entanto se possa concluir daí que aqueles que não sabem opinar, no sentido de falar, não

tenham algo que eu possa chamar de opinião política, uma vez que a opinião supõe o discurso, e o que eu chamarei de um sentido político.

Por exemplo, sobre o problema das classes sociais, os inquiridos podem se mostrar inteiramente incapazes de responder à questão da existência das classes sociais ou mesmo da sua própria posição no espaço social (você faz parte das classes inferiores, médias ou superiores?), mas terem no entanto um sentido de classe totalmente infalível: mesmo que eles não possam tematizar, objetivar sua posição, toda sua atitude em relação ao pesquisador é dirigida por um sentido da distância social que diz exatamente onde eles estão e onde está o pesquisador e qual é a relação social entre eles. Eis um exemplo que me vem à mente: um sociólogo americano observou que a probabilidade de falar de política com alguém era maior à medida em que esta pessoa tinha opiniões políticas mais próximas. Como fazem as pessoas para saber que as pessoas com as quais elas vão falar de política têm as mesmas opiniões políticas que elas? É um belo exemplo de senso prático. Há magníficas análises de Goffman sobre encontros entre desconhecidos e sobre todo o trabalho que as pessoas fazem para diagnosticar o que se pode e o que não se pode dizer, até onde se pode ir, etc. Em casos de incerteza, ainda se pode falar da chuva, do sol, do assunto menos conflitivo possível. O sociólogo lida com pessoas que sabem melhor do que ele, no modo prático, o que ele tenta saber: quer se trate de patrões ou de sub-proletários, ele deve trazer a um nível explícito coisas que as pessoas sabem perfeitamente, mas de um outro modo, isto é, sem sabê-lo verdadeiramente. Com muita frequência, ele não é nem um pouco ajudado pelo que as pessoas dizem sobre o que fazem e o que sabem. O senso de orientação política pode dirigir algumas escolhas políticas práticas sem recorrer ao discurso e ficar desconcertado, confundido pelas situações que exigem uma resposta a nível do discurso. (É isto que faz com que, salvo em matéria de eleições, as pesquisas de opinião sejam muito pouco preditivas, pois não podem apreender as coisas que não são constituídas lingüisticamente). O que não significa que, contrariamente ao que se poderia crer, os que se abstêm, que não respondem ou que respondem um pouco ao acaso, (tudo parece indicar que a probabilidade da escolha ser aleatória é muito maior quando a taxa de não-respostas da categoria é maior) não estariam disponíveis para nenhum tipo de ação. (Esta seria uma outra ilusão de intelectual). Eles estão reduzidos àquilo que os teólogos da Idade Média denominavam com uma palavra magnífica: a fides implícita, a fé implícita, uma fé que está do lado de cá do discurso, reduzida ao senso prático. Como eles

escolhem? As classes mais desprovidas de capacidade de opinião, as que estão reduzidas à fides implícita, fazem escolhas em dois graus. Se lhes disserem: você acha que há uma relação entre isto e aquilo, eles não sabem, mas delegam sua escolha a uma instância escolhida por eles. É um fato social muito importante. Todas as Igrejas adoram a fides implícita. Na idéia de fides implícita, há a idéia da entrega de si.

Pode-se descrever a política por analogia a um fenômeno de mercado, de oferta e procura: um corpo de profissionais da política, definido como detentor do monopólio de fato da produção de discursos reconhecidos como políticos, produz um conjunto de discursos que são oferecidos a pessoas dotadas de um gosto político, isto é, de uma capacidade muito desigual de discernir entre os discursos oferecidos. Estes discursos serão recebidos, compreendidos, percebidos, selecionados, escolhidos, aceitos, em função de uma competência técnica e, mais precisamente, de um sistema de classificação cuja acuidade e o requinte de diferenciação vai variar em função das variáveis que definem a competência social. Impede-se a compreensão do efeito propriamente simbólico dos produtos oferecidos quando eles são pensados como diretamente suscitados pela demanda ou inspirados por uma espécie de transação direta e de barganha consciente com o público. Quando se fala que um jornalista é puxa-saco da Igreja ou laiaio do capitalismo, assume-se a hipótese de que ele procura conscientemente se ajustar às expectativas de seu público, visando satisfazê-las diretamente. De fato, a análise dos universos de produção cultural, quer se trate dos críticos de teatro e de cinema ou dos jornalistas políticos, do campo intelectual ou do campo religioso, mostra que os produtores produzem não em referência – e em todo caso, muito menos do que se pensa – a seu público, mas em referência a seus concorrentes. Mas esta ainda é uma descrição por demais finalista, que poderia fazer crer que eles escrevem com a preocupação consciente de se distinguir. Na verdade, eles produzem muito mais em função da posição que ocupam num certo espaço de concorrência. Pode-se mostrar, por exemplo, que neste espaço de concorrência, os partidos, assim como os jornais, são constantemente impulsionados por duas tendências antagônicas: uma que os leva a acentuar as diferenças, mesmo que artificialmente, para se distinguir, para serem perceptíveis pelas pessoas dotadas de um certo sistema de classificação (ex. RPR, UDF)³, e outra que os leva a ampliar suas bases anulando as diferenças.

Portanto, do lado da produção, temos um espaço de concorrência com sua

lógica autônoma, sua história (seu Congresso de Tours, por exemplo) e isto é muito importante porque, em política como na arte, não se pode compreender as últimas estratégias se não se conhece a história do campo, que é relativamente autônoma em relação à história geral. Por outro lado, pelo lado do consumo, temos um espaço de clientes que perceberão e apreciarão os produtos oferecidos em função de categorias de percepção e de apreciação que variam de acordo com diferentes variáveis. O estado da distribuição das opiniões políticas em um dado momento é assim o encontro de duas histórias relativamente independentes: é o encontro de uma oferta elaborada em função, não da demanda, mas das coerções próprias de um espaço político que possui sua própria história, e de uma demanda que, mesmo sendo o produto de todas as histórias singulares onde as disposições políticas foram constituídas, é organizada segundo uma estrutura homóloga.

Há um ponto sobre o qual eu gostaria de voltar rapidamente, porque o evoquei de uma forma muito elíptica e poderia se prestar a alguma confusão. Trata-se do problema da relação entre os partidos, em particular o Partido Comunista, e a fides implícita. Tudo parece indicar que quanto mais um partido situado no espaço relativamente autônomo da produção de opiniões tiver uma parte importante de sua clientela no setor do espaço dos consumidores devotado à fides implícita, mais este partido terá, se posso dizê-lo, as mãos livres e mais sua história será uma história relativamente autônoma. Quanto mais uma categoria social estiver desprovida (pode-se tomar um caso limite, isto é, as operárias especializadas – por sinal majoritárias na categoria –, provincianas, iletradas, que possuem uma competência estatutária nula e ao mesmo tempo uma competência técnica também quase nula), mais ela se coloca em relação ao seu partido, ao partido de sua escolha, num estado de entrega de si absoluta. Segue-se que, tratando-se de um partido situado no espaço relativamente autônomo dos partidos, suas estratégias terão a liberdade de se determinar tanto mais completamente em função das necessidades de concorrência com os outros partidos (os acontecimentos recentes dão uma verificação empírica bastante evidente a este respeito de maneira que não preciso argumentar) quanto maior for, entre sua clientela, o número daqueles que lhe deram carta branca para, sempre. Eis o que deveria ser levado em conta nas análises dos fenômenos da burocratização dos partidos revolucionários, quer se trate do Partido Comunista Francês, quer se trate do Partido Comunista da União Soviética. (Seria preciso também levar em conta, é claro, a lógica específica da delegação, que tende

³ RPR: Rassemblement pour la République; UDF: Union pour la Démocratie Française.

a despossuir os que não se entregam completamente, em favor dos profissionais, dos permanentes). O que significa que a lei de bronze das oligarquias, isto é, a tendência do poder, mesmo revolucionário, de se concentrar nas mãos de alguns, tendência que os neo-maquiavelianos apresentam como uma fatalidade das burocracias políticas, é formidavelmente favorecida por esta relação de fides implícita.

É por isso que, para terminar devo evocar rapidamente o problema das condições da passagem do senso prático ao estado explícito. Labov mostrou que nos Estados Unidos os operários têm uma grande resistência à aculturação da pronúncia porque, segundo ele, identificam inconscientemente sua pronúncia típica de classe à virilidade. Como se seu sentido de classe se alojasse no fundo da garganta, como se uma certa maneira gutural, dita viril, de falar, fosse uma recusa inteiramente inconsciente do modo de elocução dominante, uma defesa da identidade da classe operária que também pode se alojar numa maneira de mover os ombros, etc. (Isto têm um papel muito importante na escolha dos delegados: os delegados da CGT têm uma aparência de tipo peculiar e sabe-se que nas relações entre esquerdistas e comunistas, os indícios corporais, os cabelos longos ou curtos, o estilo da roupa, desempenham um papel muito importante). Há portanto este sentido de classe, profundamente assimilado ao corpo, relação com o corpo que é uma relação com a classe, e depois existe aquilo que se chama a consciência e a tomada de consciência. É um dos terrenos prediletos da fabulação populista. Desde sua origem, no próprio Marx, o problema da tomada de consciência foi colocado um pouco como se coloca os problemas da teoria do conhecimento. Acho que o que eu disse esta noite ajuda a colocar este problema de maneira um pouquinho mais realista, na forma do problema da passagem destes tipos de disposições profundas, corporais, nas quais a classe se vive sem se tematizar como tal, aos modos de expressão verbais e não-verbais (o que é a manifestação). Haveria toda uma análise a ser feita a respeito das maneiras de um grupo se constituir como grupo; de constituir sua identidade e simbolizar a si mesmo; de passar de uma população operária a um movimento operário ou a uma classe operária. Esta passagem que supõe a representação no sentido da delegação, mas também no sentido do teatro, é uma alquimia muito complicada onde o efeito próprio da oferta lingüística, da oferta de discursos já constituídos e de modelos de ação coletiva (como a manifestação, a greve, etc.) desempenha um papel muito importante. Isto se vê na pesquisa de opinião. Quando os mais desprovidos têm que escolher entre várias respostas pré-

fabricadas, eles podem sempre indicar uma das opiniões já formuladas (fazendo assim esquecer o essencial, ou seja, o fato de que não seriam necessariamente capazes de formulá-la, principalmente nos termos propostos). Quando eles dispõem de indícios que lhes permitem reconhecer a "boa" resposta ou as consignas que para eles as designam, podem mesmo indicar a resposta que esteja mais de acordo com suas afiliações políticas declaradas. Senão, são levados àquilo que chamo de allodoxia, isto é, o fato de tomar uma opinião por outra, como de longe às vezes se costuma tomar uma pessoa por outra (o equivalente daquilo que, no domínio alimentar, faz com que se tome maçãs selvagens por maçãs doces, curvim por couro ou valsas de Strauss por música clássica). Eles estão incessantemente sujeitos a se enganar sobre a qualidade do produto porque escolhem com um sentido de classe quando seria preciso uma consciência de classe. Pode-se escolher um político por sua (boa) cara, enquanto seria preciso escolhê-lo por suas palavras. O efeito de allodoxia se deve por um lado ao fato de que os produtores de opiniões manipulam inconscientemente os *habitus* de classe, por 'comunicações que se instauram entre corpos de classe sem passar pela consciência, quer do emissor ou do receptor. Assim, o que acontece é que uma garganta de classe fala a outra boca de classe. O que estou colocando é evidentemente problemático, e não significa absolutamente que seja a última palavra: quero apenas mostrar que geralmente estes problemas são colocados de uma maneira ao mesmo tempo abstrata e simples demais.

Em todo caso, e vou terminar por aqui, é somente sob a condição de levar a sério estes fatos que de tão evidentes passam por insignificantes, por coisas banais, que a maioria das pessoas que têm como profissão falar ou pensar o mundo social consideraria indignas de seu olhar, que se poderá chegar a construir modelos teóricos ao mesmo tempo bastante gerais mas não "vazios", como este que propus aqui para dar conta da produção e do consumo das opiniões políticas mas que também vale para os outros bens culturais.

In: BOURDIEU, Pierre. 1983. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 183-194.